

Apresentação

A crise da esquerda e sua superação

The crisis of the left and its overcoming

CARLOS SÁVIO TEIXEIRA

ROBERTO DUTRA

A esquerda experimenta hoje estagnação intelectual e política. Tem sido incapaz de apresentar alternativas críveis de reorganização das estruturas da vida social que tanto critica. E, mesmo rebaixando suas expectativas a ponto de muitas vezes quase não se distinguir programaticamente do centro – e até da direita –, vê-se com dificuldades eleitorais e assiste, atônita, em muitos lugares, a seus adversários “populistas de extrema direita” ascenderem ao poder com apoio de parte significativa de classes e grupos sociais cujos interesses e ideias a esquerda sempre pretendeu representar. Os limites do redistributivismo das políticas de ganhos marginais e da lógica da compensação parecem ter ficado patentes, pelo menos para a maioria das pessoas comuns. A falta de alternativas estruturais e institucionais parece se alimentar do encurtamento dos horizontes teóricos e práticos sobre o que é possível em termos de transformação e reorganização da vida social em suas diferentes esferas. É como se o futuro e o novo tivessem deixado de ser aliados para serem adversários.

A crise pode ser entendida como tendo uma dimensão teórica e uma dimensão prática. Embora a teoria não tenha o poder de guiar automaticamente a prática, ela pode

influenciar indiretamente definindo os termos com os quais se descrevem os problemas e se elaboram as soluções. A concepção sobre os problemas e práticas da política sempre está orientada por alguma visão geral sobre a vida social e política. Se a descrição da sociedade é centrada, por exemplo, em torno do conceito de capitalismo, os problemas e soluções a serem tratados pela política estarão primariamente relacionados com as relações de produção e exploração do trabalho. Outras concepções sobre a vida social e política podem conferir importância maior a outras dimensões como a política, o direito e o sistema de ensino. Até mesmo a concepção bastante difundida de que é impossível e indesejável uma orientação teórica abrangente sobre a sociedade e a política é, ela própria, uma visão geral que acaba orientando a prática política.

Na dimensão prática, alguns elementos específicos de trajetórias nacionais se destacam e ganham importância na crise da esquerda em quase todos os lugares: o fim do “socialismo real”, o enfraquecimento da social-democracia europeia (cujos avanços socioeconômicos significativos não encontraram contrapartida em alternativas institucionais capazes de atualizá-la em novas formas de vínculos entre as esferas social e econômica) e o predomínio da gramática identitária em combinação com a rendição ao neoliberalismo no imaginário dos progressistas no mais importante país contemporâneo, os Estados Unidos da América (EUA). Apesar da variedade de situações, parecem existir, portanto, problemas mais gerais na crise da política de esquerda, cujo enfrentamento pode se beneficiar de um esforço mais abrangente de revisão das premissas teóricas que orientam a prática.

Nesse contexto, cabem algumas questões fundamentais. Em que medida a crise política da esquerda está relacionada com uma crise de orientação teórica sobre a sociedade e a política? Como e por que a cultura política de esquerda tem se distanciado do imaginário das maiorias? Quais alternativas discursivas e programáticas podem ser desenvolvidas e mobilizadas para superar a crise? Dentro desse horizonte de questões, a crise da teoria marxista, teoria esta que ocupa lugar central como orientadora da política de esquerda, não pode ser desprezada. Seria um equívoco também menosprezar as enormes contribuições da análise de classe na sociedade atual, especialmente aquelas mais inovadoras que buscam observar as novas configurações das classes trabalhadoras, das relações de exploração e de propriedade. No entanto, enquanto orientação política, o marxismo sofre de problemas crônicos que não parecem superáveis em seus próprios termos.

Em primeiro lugar, sua concepção da política não é capaz de considerar efetivamente a autonomia dessa esfera social, sobretudo em produzir alternativas de mudança e reorganização estrutural da sociedade. Com o colapso do horizonte revolucionário, o marxismo não oferece mais nenhuma alternativa de transformação social capaz de se tornar politicamente plausível e relevante. Em segundo lugar, sua visão unitária da economia de mercado, guiada pelo conceito de modo de produção capitalista, ignora não só a variedade das formas já existentes de se organizar o mercado, as relações de trabalho, a propriedade e a produção, como também abdica da imaginação sobre estruturas e instituições econômicas efetivamente novas. Esta visão unitária afirma que a mudança só é possível enquanto substituição total de um sistema pelo outro, e sua consequência é a cegueira em relação ao caráter transformador de processos incrementais de mudança estrutural no horizonte do sistema econômico moderno, cujas características vão além de sua caracterização como capitalismo.

Além dessas duas lacunas que tratam da relação entre política e economia, há outras duas dimensões, eminentemente sociológicas, em que os limites da análise marxista ficam patentes. A visão geral da sociedade moderna apresentada pelo marxismo, apesar dos esforços de correção pós-Marx, negligencia o fato de que esta sociedade é diferenciada internamente em esferas autônomas com uma variedade global considerável de estruturas e possibilidades de transformação em cada uma delas. Ao ser reduzida a uma das características de seu sistema econômico como capitalismo, a sociedade é equivocadamente descrita muito aquém de sua complexidade. E, por último, essa visão restrita da sociedade resulta em um empobrecimento dos horizontes normativos articulados pela teoria, que se concentra de modo consequente apenas sobre uma das várias orientações normativas da sociedade moderna – a emancipação do trabalho –, deixando de lado um conjunto de ideias compartilhadas pelas maiorias sociais e que dizem respeito não ao trabalho e à economia, mas a outras esferas da vida social e da existência humana.

Na situação atual, a cultura política de esquerda se encontra crescentemente afastada do imaginário das maiorias e dos grupos que ela sempre pretendeu representar. A situação varia de acordo com o país, mas em quase todos eles a maioria das classes médias e parte significativa das classes populares têm perdido a confiança nos partidos e organizações progressistas enquanto representantes de seus interesses e visões de mundo. A crise econômico-financeira que se alastrou pelo mundo a partir de 2008 parecia ser uma oportunidade para o avanço da audácia progressista em construir um novo rumo de transformação social e combate às desigualdades. Como sabemos, quem aproveitou a

oportunidade não foi a esquerda, mas sim a extrema-direita. Nas décadas anteriores a essa crise financeira, a maior parte dos partidos progressistas adotou o programa neoliberal de seus adversários, desde o trabalhismo inglês, passando pela capitulação democrata nos EUA, à adesão petista ao neoliberalismo humanizado do PSDB.

Apesar das diferenças, a rendição da esquerda ao programa de seus adversários produziu um perfil com características semelhantes em todos os lugares, e que foi muito bem definido pela filósofa norte-americana Nancy Fraser com a ideia de um “neoliberalismo progressista”: ao mesmo tempo em que adotam a política identitária como sua agenda principal, os partidos progressistas abandonam a pretensão de mudar a orientação estrutural do sistema econômico e criar chances efetivas de inclusão social para as amplas camadas da população. Em vez de transformar as relações entre o capital e o trabalho e os regimes de propriedade dos meios de produção, a esquerda se contentou com a proposta de incluir negros, mulheres e gays nas posições de comando das organizações da economia, da política e da cultura. A representatividade identitária se converteu na face progressista do programa neoliberal, que a esquerda assume como algo inevitável, abandonando as expectativas de mudança social sem as quais as promessas de inclusão não podem ser realizadas.

A política identitária funciona como uma tentativa de substituir a crise programática da esquerda pela moralização da luta política: a estratégia de construir posições de superioridade moral – baseada na distinção de grupos e pessoas entre os que merecem consideração por seu *status* de vítima e os que merecem desconsideração por seu *status* de algozes – toma o lugar da estratégia de construir maiorias políticas e sociais em torno de partidos, programas e governos. A arte da acusação moral toma o lugar da arte de fazer política. Esse moralismo identitário reforçou a cisão entre a cultura política das elites progressistas, entrincheiradas na universidade e nos meios de comunicação de massa, e a grande maioria de pobres, negros e mulheres – as pessoas comuns que não se orientam por esta gramática de moralização. A linguagem falada por essas elites não possui qualquer conexão relevante e abrangente com a vida, a hierarquia de valores e os problemas cotidianos das maiorias.

A combinação entre crise de orientação teórica e distanciamento cultural das maiorias é agravada pela crise programática e discursiva da esquerda. A esquerda tem fracassado recorrentemente em produzir narrativas capazes de agregar maiorias e em ofertar programas políticos que indiquem caminhos de transformação estrutural em torno

dos quais as maiorias possam se agrupar de forma mais duradoura. Como os progressistas não conseguem se diferenciar dos conservadores combinando política social com política econômica, resta-lhes tratar da política social com base na distinção moral entre quem gosta e quem não gosta dos pobres, entre o moralismo da caridade católica e o moralismo individualista evangélico – como no caso brasileiro. A adesão da esquerda à agenda da política social neoliberal reforça ainda mais esse círculo vicioso de crise: em vez de defender políticas de saúde e educação universais e de qualidade, capazes de atrair as classes médias para os serviços públicos e construir ao lado dos pobres maioria social e política capaz de legitimar programas ousados de fortalecimento desses serviços, a esquerda se contenta em adotar políticas focalizadas de transferência de renda e de inclusão de grupos específicos, definidos cada vez mais como minorias do que como maiorias.

As causas da crise são variadas, e a formulação de alternativas é urgente. Mas a busca de alternativas requer uma compreensão adequada da sociedade e da política de hoje, de suas estruturas e de suas possibilidades e formas de mudança. Uma das causas da crise da política de esquerda é o grave *deficit* de orientação em termos de teoria social e política. O objetivo deste dossiê é contribuir para superá-lo. Isso significa examinar com profundidade e amplitude a vida social e política, destacando ideias e instituições sociais com potencial para enfrentar os problemas estruturais existentes. Os textos aqui reunidos exemplificam, com graus variados de clareza e de articulação, uma resposta assertiva ao estado mental degenerado da esquerda contemporânea.

O dossiê se inicia com uma entrevista com o filósofo e teórico social brasileiro Roberto Mangabeira Unger, professor titular da universidade de Harvard (EUA) há mais de quatro décadas e a principal voz crítica dos descaminhos da esquerda sob os escombros do marxismo. Na entrevista, conduzida pelos organizadores do dossiê (Carlos Sávio Teixeira e Roberto Dutra), Mangabeira expõe sua visão sobre as razões principais da crise da esquerda, assim como apresenta a alternativa teórica e sua contrapartida programática de reorientação de uma esquerda verdadeiramente renovada: um pensamento crítico que supere o marxismo como fonte explicativa das sociedades e da história e um programa que ultrapasse os limites da social-democracia institucionalmente conservadora focada em regulação e redistribuição, tanto em suas versões originais como nas versões atuais diluídas.

Em seguida, temos o primeiro artigo do dossiê, um inspirado ensaio de José Crisóstomo de Souza acerca dos problemas filosóficos do pensamento de Marx e de sua influência sobre a esquerda. O texto trata do fundo metafísico e especulativo na obra marxiana, do qual se desdobra o lado prescritivo do materialismo dialético, entendido

como o mais central dessa tradição intelectual. Em seu desenvolvimento, o texto revela que a articulação conceitual de Marx – aparentemente apenas teórica – esconde esse lado essencialmente idealístico, no qual a dimensão prescritiva é de fato a determinante. Assim, a investigação cuidadosa dessa dimensão acaba por revelar um humanismo essencializado, substancialista, que tem como fundamento um humano transcendental, de onde derivam noções como ser-genérico, fetichismo, reificação, trabalho vivo, que acabam por correr como um veneno pelas veias da economia política do filósofo comunista.

O segundo artigo do dossiê, de Roberto Dutra, avança na discussão teórica de uma alternativa também teórica à compreensão da estruturação das sociedades modernas e contemporâneas, tendo como objetivo a percepção de suas possibilidades de transformação. Para tal, procede a uma original leitura e adaptação da teoria dos sistemas do teórico social alemão Niklas Luhmann, geralmente associado ao funcionalismo, reivindicando a relação entre contingência e estrutura social, de modo a colocá-la como suporte intelectual para a ação política da esquerda. Uma esquerda que, ao enfrentar o seu atual *deficit* sociológico, esteja equipada para assimilar as informações geradas pela riqueza empírica da sociologia dos sistemas sociais e enxergar a partir delas, e em articulação com elas, as opções programáticas disponíveis nos atuais arranjos estruturais e institucionais que organizam nossas sociedades.

No terceiro artigo do dossiê, de Sergio Ricardo Rodrigues Castilho, há o esforço de salvar o programa do socialismo da influência teórica do marxismo. Ele ocorre pela tentativa de aproximação da dimensão programática de um socialismo renovado a elementos sobre a política e a economia extraídos de tradições intelectuais não marxistas. Parte, portanto, do reconhecimento de que o marxismo não legou nem uma discussão séria nem uma história institucional satisfatória acerca de arranjos democráticos de organização política pós-liberal, assim como falhou na reflexão teórica e na organização econômica capaz de reorientar a superação do escolasticismo do valor no qual Marx acabou enredado – e que cobrou um alto preço à experiência do “socialismo real”. Nesse sentido, o texto busca vislumbrar, cingido mais à esteira de princípios e valores e menos à do escopo institucional, um socialismo democrático e de mercado.

Em seguida, temos “A era da inércia? Por um Brasil de novos começos”, que associa a atual noção de tempo a “um eterno e inevitável presente sem qualquer dimensão de futuro”. Recorrendo a Hegel e à tradição hegeliana, Philippe Oliveira de Almeida e

Dante Alexandre Ribeiro das Chagas refletem sobre historicidade e revolução para criticar o que lhes soa como “tentativa neoliberal de congelar a temporalidade”.

Em seguida o dossiê se volta para o Brasil. O quinto artigo, de Brand Arenari e Rafael Valadão, trata da mais importante transformação sociocultural ocorrida no país nas últimas quatro décadas: a emergência e o desenvolvimento vertiginoso do movimento religioso neopentecostal, e de como a esquerda, através de seu principal agente político entre nós, o Partido dos Trabalhadores, tem reagido a essa circunstância. O ensaio analisa as inúmeras implicações da constituição do que classifica de “Brasil pós-católico”, onde não apenas a configuração político-institucional se alterou significativamente, mas principalmente as esferas cognitiva e simbólica da cultura brasileira em relação às classes populares. E, a partir dessas considerações, indaga como o PT, um partido “católico”, tem lidado com essa nova realidade.

O texto de William Alexandre Peixoto de Magalhães também se dirige à realidade nacional. Ele procede a uma espécie de “etnografia” da esquerda brasileira, identificando três tipos representativos dela: a marxista, a identitária e a pobrista. A cada uma dessas esquerdas corresponde um problema nuclear. A marxista se vê às voltas com o “saudosismo”, a identitária exprime o “sectarismo”, e a pobrista revela um severo “conformismo” que aceita o Brasil que outrora desejou mudar. À identificação e classificação dos tipos de desorientação política e programática de cada um desses agrupamentos acopla-se uma análise acerca das atitudes, dos valores e das instituições que devem compor uma nova agenda para a esquerda brasileira superar sua crise.

No último artigo do dossiê, de Carlos Sávio Teixeira e Tiago Medeiros, retorna ao debate teórico sobre a esquerda, abordando uma das lacunas mais salientes do pensamento crítico, a saber, sua visão acerca das instituições. Para tal, examina de maneira sistemática as concepções de três pensadores associados à esquerda, inquirindo como cada um deles interpreta o fenômeno institucional. Sustenta que Marx e Foucault, por caminhos distintos, representam um tipo de criticismo negacionista acerca da questão institucional que muito mal tem feito à esquerda. E argumenta que Mangabeira Unger, crítico do tipo de abordagem teórica dos dois primeiros pensadores, abre uma perspectiva realista de análise institucional, ao negar o que considera “falsas necessidades” da teoria social e política e compreender os materiais institucionais como produtos históricos dotados de enorme plasticidade.

O dossiê se encerra com uma resenha do livro *Coletivismo autoritário e “socialismo real”*: trajetórias do século XX e questões do século XXI, de autoria do sociólogo José Maurício Domingues. A resenha é de autoria de Marcos Abraão Fernandes Ribeiro.

A ideia de crise foi sempre vista pela esquerda como uma oportunidade transformadora. A realização deste dossiê levou essa premissa tradicional em consideração, pelo menos parcialmente. Porque as crises, como a experimentada hoje pela esquerda, precisam de orientação para serem fecundadas e superadas. Sem clareza de rumo, elas desorientam e geram ressentimento estéril. O conjunto de reflexões deste dossiê combinou um mapeamento de muitos dos principais problemas por detrás do quadro negativo em que se encontram os progressistas contemporâneos, resignados a uma postura defensiva e improdutiva de “resistência” e a provedores do mal menor, com apontamentos assertivos para a direção reformista que este campo intelectual e político deve operar, com profundidade, à busca de novos métodos e agentes.

Carlos Sávio Teixeira

Doutor em Ciência Política, professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Roberto Dutra

Doutor em Sociologia, professor associado do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)